

## VOTO

Em exame, relatório de levantamento de auditoria de conformidade dos processos de Regularização Fundiária de Interesse Social - Rfis, promovidos pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro - SPU/RJ, com enfoque no projeto que abrange área historicamente pertencente ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

2. A auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro – Secex/RJ, a qual merece elogios pela abordagem profunda e técnica dos temas enfrentados.
3. Em razão da relevância da matéria tratada nos autos, solicitei a manifestação do douto Ministério Público junto ao TCU, ao qual agradeço, na pessoa do Dr. Lucas Rocha Furtado, a valiosa e lúcida colaboração.
4. Primeiramente, faço questão de destacar o histórico de criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conforme consta do Relatório da Comissão Interministerial, de 22/2/2007 (peça 31):

A questão fundiária do que hoje é conhecido como Instituto de Pesquisa Jardim Botânico iniciou-se com a fundação em 1596 do “Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa” de propriedade de Diogo Amorim Soares. Em 1660, a propriedade foi adquirida por Rodrigo de Freitas e Castro (que deu o nome a atual lagoa Rodrigo de Freitas). Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, D. João VI resolveu desapropriar o engenho de Rodrigo de Freitas para a criação da Fábrica de Pólvora. Em 13 de maio e 13 de junho de 1808 o regente criou a fábrica de pólvora e desapropriou as terras do engenho.

**No antigo engenho existiam moradores e lavradores que residiam no local e muitos se recusaram a sair. Sendo este o início da questão fundiária no Jardim Botânico.** (grifo meu)

Em 18 de julho de 1811, o Príncipe Regente determinou a desapropriação de inúmeros moradores da – agora – fábrica de pólvora, para que fossem instaladas residências para os trabalhadores da referida fábrica. Assim, inúmeras vilas foram erguidas para que os trabalhadores pudessem residir próximo ao trabalho (considerando que a área era rural e de difícil acesso). **Esta é a origem da segunda grande causa dos problemas fundiários do Jardim até a presente data e a origem das casas que foram objeto de cessão.** (grifo meu).

(...)

A área do Jardim Botânico foi preservada e posteriormente transformada, vinculada ao Ibama até possuir a configuração atual de autarquia, ligada diretamente ao gabinete do Ministro do Meio Ambiente [Lei 10.316/2001].

Em 1965, o Decreto 56.911 cede de forma gratuita à Central Elétrica Furnas [cessionária atual LIGHT] 21.000m<sup>2</sup> de área para a instalação de linhas de passagem, ocupação esta que existe até a presente data. Em 1968, o Decreto 62.551 autoriza a cessão de 26.800m<sup>2</sup> ao Serviço de Processamento de Dados – (SERPRO), igualmente esta ocupação existe até a presente data. [Também foi cedido terreno à Embrapa pelo Decreto 83.259/79]

(...)

Com relação às casas dos antigos empregados da fábrica de pólvora, muitas delas foram cedidas para funcionários do Jardim Botânico (Art. 76, 92 e 94 do Dec., Lei 9.760/46 e 6.874/44), outras são ocupadas por pesquisadores atendendo a atividade fim da autarquia e outras ocupadas por descendentes de funcionários. Existem ainda algumas regiões em que existe ocupação irregular.

Centenas de ações de Reintegração de Posse foram propostas em face dos atuais moradores, algumas delas com trânsito em julgado e a maioria em curso. Estima-se que existem 3.000 moradores e cerca de 590 famílias [outro estudo feito pelo Laboratório de Habitação da UFRJ, em 2010, encontrou 621 casas na área do Parque com um total de 1.980 moradores]. A situação é, portanto, de natureza social, dominial com tratamento ambiental.”

5. Como visto, os problemas fundiários do Jardim Botânico tiveram origem na sua fundação em 1808, portanto, há mais de dois séculos, precisamente, 204 anos. Com o passar dos anos, a situação ficou cada vez mais complicada. Ao mesmo tempo em que a legislação de tombamento e ambiental